

# **UM BALANÇO DO IMPACTO DO FUNDEB NOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ACRE**

Josenir de Araújo Calixto – SEE/AC  
[josenir.calixto@gmail.com](mailto:josenir.calixto@gmail.com)

Mark Clark Assen de Carvalho – UFAC  
[markassen@yahoo.com.br](mailto:markassen@yahoo.com.br)

## **INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação sobre os sistemas municipais de ensino do estado do Acre, na perspectiva da ampliação das matrículas da educação infantil e do ensino fundamental, sobretudo nos anos iniciais. A discussão parte da análise dos dados do Censo escolar no período 2006-2020 e dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária-RREO, dos municípios de Rio Branco, Tarauacá e Mâncio Lima, que indicam que a oferta das etapas de ensino no Acre, vem ocorrendo de forma desigual, reforçando a necessidade do estabelecimento do Custo-Aluno Qualidade.

## **DESENVOLVIMENTO**

Dentro do contexto das reformas do estado brasileiro desenvolvidas a partir do início da década de 90, os municípios tiveram ampliadas as suas responsabilidades na oferta dos direitos básicos, como educação, saúde e assistência social, sem a devida correspondência com a disponibilização de recursos, decorrente da distribuição desigual do sistema tributário nacional, que concentra os tributos arrecadados na União, precarizando o desenvolvimento das políticas públicas pelos entes com menor capacidade de arrecadação e de investimentos.

Pinto (2014), ao discutir a sustentabilidade do financiamento das políticas educacionais, por meio dos fundos contábeis, primeiro o FUNDEF- Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e pelo FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, indica que os municípios brasileiros ampliaram o atendimento da educação básica e que apesar do efeito equalizador dos fundos contábeis, a oferta da educação ocorre de forma desigual no território brasileiro.

Ao observar o movimento das matrículas da educação infantil e do ensino fundamental no período de 2006 a 2020, que compreende o último ano de vigência do FUNDEF e todo o período do FUNDEB, período que tivemos a ampliação do ensino fundamental para nove anos e que deveríamos ter universalizado o acesso à escola para a população de 4 a 17 anos, conforme determinou o Texto Constitucional a partir da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, verifica-se que o atendimento de estudantes, que deveriam estar matriculados na educação infantil e no ensino fundamental cresceu 7,2%.(INEP/2020).

Observou-se ainda uma migração das matrículas da educação infantil da rede estadual para as redes municipais. Em 2006, o estado respondia por 48% do atendimento das matrículas desta etapa de ensino. No ano de 2020, havia 278 matrículas em escolas localizadas na zona rural. As matrículas em creche cresceram 343% e o de pré-escola 15% no período em análise (INEP, 2020). Esse movimento acompanha a tendência nacional de crescimento (PINTO, 2020). Porém, esse crescimento não foi suficiente para universalizar o atendimento para a população de 4 e 5 anos. Segundo a PNAD (2018), a taxa de escolarização dessa população ficou em 82%, o que indica a necessidade da realização de maiores investimentos para cumprir a o que determina a Constituição Federal, que determinou a partir da Emenda Constitucional nº 59/2009 a universalização da população de 4 a 17 anos.

Esta mudança produz um impacto na organização dos municípios, pois o atendimento em creche que representava cerca de 4% do total das matrículas passou para 12%, implicando em uma nova configuração das políticas educacionais com a necessidade de ampliação e adequação dos espaços físicos, contratação de novos profissionais, realização de ações de formação

continuada para assegurar um projeto pedagógico de acordo com as necessidades das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, além de custos adicionais com a manutenção desta etapa, que conta com atendimento em tempo integral para uma parcela significativa de alunos.

Esta ampliação das matrículas da educação infantil, especialmente as de creche, reconfigurou o atendimento do ensino fundamental. Nos anos iniciais, a participação da rede municipal na oferta cresceu de 47% para 58%, enquanto inversamente nos finais a rede estadual saiu de 77% para 86%. Deve observar que a demanda pelo ensino fundamental de 1º a 5º ano vem caindo, principalmente a partir de 2015 e a de 6º a 9º ano vem crescendo, resultado das políticas adotadas pelo a Secretaria de Estado de Educação do Acre – SEE em colaboração com as redes municipais, que resultou na melhoria do fluxo escolar (CALIXTO, 2017).

Observa-se no período estudado uma ampliação da participação das redes municipais na oferta do direito à educação no estado do Acre. Em 2006 o total de matrículas da educação infantil e do ensino fundamental ofertado pelos municípios acreanos representava 40% do total do atendimento da rede pública. Em 2020, esse percentual alcançou 50%.

Quando se desmembra os dados de atendimento por zona urbana e rural, observa-se o impacto das peculiaridades da Região Amazônica na oferta da educação. Mesmo tendo aproximadamente 30% de sua população vivendo na zona rural, o atendimento às crianças que vivem nestas regiões, representa apenas 18% das matrículas da educação infantil, o que remete ao alto grau de exclusão das crianças que vivem nas regiões de difícil acesso do estado.

Esse incremento de matrículas impõe novos desafios para a gestão das redes municipais, principalmente o de assegurar a qualidade e a equidade. Nesta perspectiva o estudo de Alves e Pinto (2020) sobre as realidades das redes municipais brasileiras indicam que o gasto por aluno mensal dos municípios acreanos era de R\$ 384,00 (trezentos e oitenta e quatro reais), frente a uma média nacional de R\$ 534,00 (quinhentos e trinta e quatro reais). Como os autores ressaltam esta média não mantém relação com o gasto considerado

ideal, mas reforça as disparidades e desigualdades na oferta do direito à educação no país.

Nesta perspectiva, verifica-se que apesar da ampliação das matrículas na educação infantil e no ensino fundamental ainda existem grandes desafios para as redes municipais, especialmente no que concerne a universalização da pré-escola, a ampliação do atendimento em creche e a melhoria da qualidade do ensino fundamental. Como afirma Pinto (2011), a parcela da população que se encontra fora da escola é justamente a que precisa das melhores condições de oferta, pois são oriundas das camadas mais pobres. No caso dos municípios acreanos tem-se ainda as peculiaridades da região que ampliam a necessidade do aumento dos investimentos.

## **CONCLUSÃO**

Este artigo apresenta uma discussão inicial sobre o impacto do FUNDEB nas redes municipais do Acre. Verificou-se que no período de 2006 a 2020, houve uma ampliação das matrículas das redes municipais, alicerçadas basicamente no crescimento do atendimento em creche.

Esse crescimento implica na necessidade de aprofundamento das condições de financiamento das redes municipais, pois a demanda de crescimento está justamente em uma etapa que exige mais recursos, devido às necessidades pedagógicas dos alunos de creche.

A construção de um sistema educacional que responda aos desafios da universalização e da melhoria da qualidade implica na construção de um fundamento ético que assegure as condições adequadas que superem as profundas das desigualdades presentes no estado.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende **As Múltiplas Realidades Educacionais dos Municípios no Contexto do Fundeb**. FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, v. 10, n. 23, 2020.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

CALIXTO, Josenir de Araújo. **SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO E O REGIME DE COLABORAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO ACRE E DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO NO PERÍODO DE 2005 A 2012.** 170f.

Dissertações (Mestrado em

Educação). Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2017.

CARVALHO, M. C.; CALIXTO, J. A. **Sistema público de educação e regime de colaboração: a experiência do estado do Acre e do município de Rio Branco no período de 2005 a 2012.** *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 13, n. 32. setembro de 2019.

PINTO, J.M.R.; CORREA, Bianca Cristina. **Educação infantil e a política de fundos: como tem caminhado essa etapa educacional, em especial com a aprovação do Fundeb?** *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, v. 10, n. 24, 2020.

PINTO, J.M.R. **FEDERALISMO, DESCENTRALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS AOS MUNICÍPIOS\_CADERNOS DE PESQUISA** v.44 n.153 p.624-644 jul./set. 2014